

DA CIVILIZAÇÃO DOS PAMPAS À RAÇA DE GIGANTES: RELAÇÕES RACIAIS E REGIONALISMOS NA CONSTRUÇÃO DO GAÚCHO E DO BANDEIRANTE NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA DOS ANOS 1940

Sarah Calvi Amaral Silva

Resumo: Este artigo pretende abordar a elaboração de duas interpretações regionalizadas referentes à formação histórica e social brasileira, específicas ao Rio Grande do Sul e a São Paulo. Utilizando noções biológicas de *raça*, o autor sul-rio-grandense Emílio Fernandes de Souza Docca e o intelectual paulista Alfredo Ellis Junior proferiram comunicações no III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia (1940) do IHGRS, buscando, entre outras preocupações, compreender a presença negra em seus estados de origem. Nesse sentido, ambos atentaram para as características fenotípicas e culturais atribuídas aos africanos desembarcados no país durante o período escravista, percebendo as consequências das “entradas” destes contingentes para a constituição dos tipos sociais definidos como o *gaúcho* e o *bandeirante*. As comunicações mencionadas serão por nós discutidas a partir de experiências intelectuais dos autores, inscritas num contexto de transformações políticas e “científicas” no Brasil.

Palavras-chave: *raça* - relações raciais - regionalismos - intelectuais

Abstract: This research intends to set two different regional interpretations when it comes to Brazilian social and historical development, especially in the Rio Grande do Sul and São Paulo regions. Both researchers Emílio Fernandes de Souza Docca (from Rio Grande do Sul) and Alfredo Ellis Junior (from São Paulo) delivered presentations at the III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia (III History and Geography Congress of Rio Grande do Sul) (1940 - IHGRS), when, by basing themselves on the biological paradigm of race, tried to systematize the presence of African-descendants in their home states, among other matters. Thus, both authors minded the phenotypical and cultural characteristics which were associated with the Africans that had landed in Brazil during the slavery period, and related these features to the consequences of such immigration to the development of *gaúcho* and

bandeirante social types. This paper analyses their presentations by considering them as intellectual experiences of the authors inserted in a context of transformation both politically and scientifically in Brazil.

Key-words: race - racial relations - regionalisms - intellectuals

Raça e regionalismos no III Congresso de História e Geografia do IHGRS (1940)

O objetivo deste artigo é analisar brevemente duas interpretações regionalizadas da formação histórica e social do Brasil, elaboradas por dois intelectuais participantes do III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS). Para escrever suas comunicações, o sul-rio-grandense Emílio Fernandes de Souza Docca e o paulista Alfredo Ellis Junior utilizaram noções biológicas de raça, cujos pressupostos influenciaram a elaboração racialmente informada dos “tipos” sociais supostamente fundantes do Rio Grande do Sul e de São Paulo, respectivamente. A seguir, acompanharemos as principais características do referido certame, bem como da cena intelectual brasileira dos anos 30 e 40, de modo a introduzir a discussão dos textos dos autores.

O III Congresso de História e Geografia ocorreu entre os dias 5 e 10 de novembro de 1940, no salão nobre da Faculdade de Direito de Porto Alegre. Encomendado pelo prefeito José Loureiro da Silva, o certame foi realizado em comemoração ao bi centenário da colonização açoriana da capital gaúcha, remetendo-se à tradição de celebração de centenários ilustres, inaugurada no século XIX, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).³² O evento recebeu 109 trabalhos, devidamente divididos entre sete seções temáticas, sendo quatro dedicadas à história do Rio Grande do Sul, uma à de Porto Alegre, uma a temas não previstos no programa e outra às demais regiões do Brasil.³³ Dessa forma, os organizadores pretenderam abranger temas referentes à formação do Brasil, com vistas a fortalecer a coesão sócio cultural da

³² GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007. p.115.

³³ Todas as informações sobre o programa de trabalho desenvolvido no evento foram retiradas do primeiro volume dos *Anais do III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia (1940)*. Os anais foram divididos em quatro volumes, totalizando aproximadamente três mil páginas.

nação contemplando, ao mesmo tempo, especificidades locais.³⁴ Em muitos casos, este procedimento historiográfico, característico de Institutos Históricos e Geográficos regionais, fora atravessado por problemas políticos em meio aos quais inúmeros autores escreveram em diferentes contextos.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, a problemática concernente às relações estabelecidas entre nação e região apareceu com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGPSP), em 1860. Sobre esse aspecto, ao interrogar as razões e sentidos da criação do IHGPSP, Alexandre Lazzari analisa as convergências existentes entre identidades da província e da corte, atentando para os vínculos constituídos entre o Instituto sulino e o IHGB, fundado num contexto de rebeliões provinciais ameaçadoras da monarquia e da unidade territorial do Brasil. Politicamente, a necessidade de construir uma história oficial, baseada numa noção de tempo linear que unisse o presente ao passado colonial, fez parte de uma estratégia que “legitimava a coroa imperial [...] como continuadora da ação civilizadora no continente, em oposição a uma suposta anarquia e barbárie das Repúblicas vizinhas”.³⁵

Este projeto político e historiográfico deveria ser realizado a partir da ramificação de instituições coirmãs ao IHGB nas províncias. Sob essa perspectiva, o quadro de sócios do IHGPSP assumiu o programa proposto pela corte, passando a elaborar uma história para a Província de São

³⁴ Temístocles Cezar aponta para o “verdadeiro problema epistemológico” que era a compatibilização entre o geral e o específico, em se tratando da concepção de uma história oficial para o Brasil, ao abordar a *Dissertação* do naturalista Von Martius, vencedora do concurso de monografias promovido pelo IHGB em 1840, intitulada *Como se deve escrever a história do Brasil*. Segundo Cezar, Von Martius proferiu uma interpretação calcada nos elementos que teriam contribuído para a formação do homem brasileiro: “a cor de cobre ou americana, a branca caucasiana, e enfim a preta e etiópica. Do encontro, da mescla, das relações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a atual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular”. CEZAR, Temístocles. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Org.). *História Cultural: Experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p.183.

³⁵ LAZZARI, Alexandre. Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910). Tese de doutorado em História. Universidade Estadual de Campinas, 2004. p.27.

Pedro calcada em glórias militares expressas na defesa das fronteiras externas imperiais, nas especificidades do português falado na região (misto de línguas indígenas e africanas com a língua portuguesa), e nos valores brasílicos dos homens mais “civilizados” da campanha.³⁶ As pretensões da elite letrada consistiram, portanto, em enquadrar a história da Província nos limites sócio culturais do Império.

O arcabouço temático e metodológico do IHGSP influenciou a construção historiográfica dos contornos histórico-sociais do Rio Grande do Sul frente a outras regiões do Brasil, cujos elementos parecem ter sido reelaborados e reproduzidos no IHGRS, criado na década de 1920. Tais diretrizes transpareceram nas discussões travadas no III Congresso de História e Geografia, igualmente, pautado por assuntos políticos próprios ao Estado Novo, período marcado por discursos valorativos à mão-de-obra e à cultura brasileiras. Do mesmo evento em que o presidente Getúlio Vargas recebeu o título de sócio benemérito do IHGRS, participaram intelectuais interessados em construir e implantar um novo projeto de nação para alçar o Brasil ao progresso, além de outros especialistas nacionais e estrangeiros, bem como personalidades políticas locais e internacionais.³⁷

No momento em que assuntos como identidade nacional, imigração, saúde e educação tornavam-se objeto de políticas públicas entrecortados pela raça biológica, setores das elites republicanas empreenderam práticas profissionais constituídas nas intersecções entre Estado e ciência, onde ambas as esferas legitimavam-se mutuamente.³⁸

³⁶ Idem, p. 37.

³⁷ Tirante o mecenato do imperador D. Pedro II, os sucessivos governos de Getúlio Vargas foram os períodos de maior notoriedade e apoio financeiro vivenciados na história do IHGB. As incursões de Vargas no Instituto iniciaram nos anos 20, sendo as aspirações políticas de seus mandatos expressos em discursos proferidos em congressos e solicitações de pesquisas socioculturais encomendadas ao Instituto em diferentes momentos. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007. p. 33-37.

³⁸ PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990. p.72-73. Para uma leitura introdutória a respeito das intersecções entre Estado e ciência, no que tange à utilização de diferentes noções de raça em políticas públicas e em interpretações sobre o Brasil, ver: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCBB, 1996.

Através de uma *cultura política* erigida, dentre outros elementos, sobre as articulações do campo intelectual com o âmbito político, letrados de distintas orientações doutrinárias chamaram para si a missão de reorganizar as instituições herdadas da República Velha, de modo a prever as capacidades civilizatórias da nação e construir aspectos estruturantes de uma sociedade moderna.³⁹

Neste interregno, o darwinismo social e o positivismo foram apenas dois dos paradigmas utilizados na elaboração de conceitos, como “raça”, “povo” e “nação”, cuja instrumentalização em grandes ensaios interpretativos acerca da formação histórica e social do Brasil se deu de maneira contextual, porque mediada (e não, determinada) pela inserção política daqueles que as conceberam. Em linhas gerais, esta dinâmica pautada por uma cultura política definia, segundo a tese de Daniel Pécaut, o que era ser um *intelectual* no Brasil entre as décadas de 20 e 60. Sob esta categoria, podem ser analisados Ellis Junior e Souza Docca, já que suas próprias experiências profissionais permitem inscreve-los na dinâmica acima comentada, pois, ao mesmo tempo em que escreviam textos, participavam da vida política republicana, cada qual à sua maneira.

Por outro lado, embora esta dimensão seja aqui considerada enquanto uma variável intrínseca às atividades destes e outros intelectuais, o estudo das comunicações de Docca e Ellis Junior recairá mais sobre os aspectos conceituais internos aos seus escritos, do que sobre os diálogos políticos que permitiram a construção racializada das figuras do *gaúcho* e do *bandeirante*.

Afora o contexto político do Estado Novo, o III Congresso de História e Geografia do IHGRS ocorreu numa conjuntura em que a institucionalização das Ciências Sociais estava em pleno curso, gerando um ambiente de disputas por espaços de enunciação de teses sobre a formação do país.⁴⁰ Estas disputas foram também informadas por debates erigidos em torno da raça e da cultura definidas como nacionais, dos quais participaram intelectuais brasileiros e especialistas estrangeiros que passavam a circular entre pesquisadores e instituições recém fundadas no Brasil.

³⁹ PÉCAUT, Op. Cit., p. 17-18.

⁴⁰ MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. v. 1. São Paulo: Sumaré, 2001.

Áreas de saber já consolidadas ou com pretensões de consolidação, como a História e o Folclore respectivamente, estabeleceram diálogos com as nascentes disciplinas de Antropologia Cultural e Sociologia, cujos representantes nacionais, progressivamente, angariaram o lugar de “vanguarda” intelectual justamente pela proximidade de seus trabalhos com teorias e métodos internacionais.⁴¹ Nesse processo, a “questão do negro” fora convertida em pauta de pesquisa obrigatória (ainda que não exclusiva), apropriada conforme contextos específicos e mediada pelas Ciências Sociais circulantes nas primeiras universidades fundadas no Brasil, mas também entre aqueles que frequentavam outros ambientes de produção de saber.

A pauta da intelectualidade encontrava-se, então, mais ou menos voltada para os estudos africanos e de relações raciais, campo sob o qual foram progressivamente reunidas pesquisas acerca da cultura e religiosidade de matriz africana, bem como sobre problemas sociais atravessados pelo racismo.⁴² Desde então, os estatutos de cientificidade de disciplinas em constituição no país, bem como de campos de saber anteriormente consagrados, passariam a ser medidos conforme parâmetros cada vez mais atrelados à Antropologia e à Sociologia, fato que contribuiu para um certo rearranjo de posições de prestígio entre nossa intelectualidade.⁴³

Na esteira dessas transformações, ocorria a recepção de categorias analíticas alternativas à raça biológica, à época, inovadoras para a produção intelectual brasileira. A Antropologia Cultural estadunidense

⁴¹ Para acompanhar este processo no tocante à historiografia do Rio Grande do Sul, em relação a outros estados brasileiros, ver: NEDEL, Leticia Borges. *Um passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. Tese de doutorado em História. Instituto de Ciências Humanas. Brasília: Universidade de Brasília, 2005.

⁴² SANSONE, Lívio. Um campo saturado de tensões: o estudo das relações raciais e das culturas negras no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*. Ano 24, n. 1. Rio de Janeiro, 2002.

⁴³ Rodolfo Vilhena apresenta importante reflexão acerca das tensões que envolveram folcloristas (empenhados em transformar o folclore em disciplina autônoma) e cientistas sociais em torno da legitimidade científica sobre os estudos de cultura popular e correlatos, entrecortados por temas e categorias da Antropologia Cultural e da Sociologia. VILHENA, Luis Rodolfo. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Editora FGV/Funarte, 1997.

de Franz Boas, por exemplo, apresentava a *cultura* como chave explicativa para as diferenças humanas, a serem observadas em sociedade, através do método etnográfico.⁴⁴ Esta perspectiva era contrária à Antropologia Física, cuja matriz teórica calcada na *raça* biológica preconizava a naturalização hierarquizada das diferenças, correspondendo a premissas do evolucionismo e do darwinismo social. Conforme postulado por Paul Broca e seus pares na Sociedade de Antropologia de Paris em meados do século XIX, as raças deveriam ser metodologicamente determinadas conforme medições anatômicas e craniométricas, somadas a marcadores fenotípicos, como a cor da pele e a textura dos cabelos.⁴⁵

Segundo Lilia Schwarcz, as orientações conceituais e metodológicas da Antropologia Física eram recorrentes em Institutos Históricos e Geográficos, aos quais pertenciam Souza Docca e Ellis Junior, sendo este último, igualmente integrante do quadro docente da Universidade de São Paulo (USP), fundada em 1934.⁴⁶ O pertencimento dos autores a estas instituições certamente influenciou seus escritos, aliado a outros espaços e grupos nos quais, por certo, atuavam.

As apropriações de novas teorias e métodos também responderam a conjunturas locais. No que concerne ao Rio Grande do Sul, quando nos anos 30 e 40 a “miscigenação culturalizada do cadinho racial brasileiro” era convertida em elemento positivo de definição da nacionalidade, integrantes do IHGRS mostraram-se mais preocupados em afirmar o caráter brasílico da Revolução Farroupilha (por muitos considerada um movimento separatista) e zelar “pela frondosa árvore genealógica que ligava seus heróis militares às elites do Estado Imperial”, do que incluir negros, imigrantes e castelhanos nas representações sobre o estado.⁴⁷ Para Leticia Nedel (2005), uma das consequências dessa escolha

⁴⁴ CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. São Carlos: EDUSC, 2005.

⁴⁵ STAUM, Martin. Nature and Nurture in French Ethnography and Anthropology (1859-1914). In: *Journal of the History of Ideas*. v. 65, n.3, jul, 2004. p. 475-495.

⁴⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁴⁷ NEDEL, Leticia Borges. *Um passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. Tese de doutorado em História. Instituto de Ciências Humanas. Brasília: Universidade de Brasília, 2005. p.245-247.

foi o afastamento de autores sul-rio-grandenses da agenda de pesquisa hegemônica nacionalmente.

Nesse contexto, afora as tentativas de “abrasileiramento” da guerra dos farrapos – elevada à condição de mantenedora das fronteiras imperiais e precursora dos ideais republicanos –, uma das maneiras encontradas por um grupo de sócios do IHGRS para incluir o Rio Grande do Sul no quadro identitário nacional foi afirmar a centralidade da colonização lusitana no Brasil meridional.⁴⁸ Esta abordagem, compartilhada por Souza Docca, fora amplamente difundida pelo historiador polígrafo e folclorista Dante de Laitano, cuja atuação no Instituto sulino, em parte, correspondeu à estratégia de erradicar interpretações separatistas da Revolução Farroupilha. Representadas pelos escritos de Alfredo Varela, essas interpretações defendiam a unidade cultural, social, étnica e geográfica do estado mais com as Repúblicas do Prata do que com o Brasil.⁴⁹

Dentro de suas preocupações, centradas nos farrapos e no protagonismo português, Laitano foi um dos primeiros autores a quebrar os silêncios concernentes à incorporação de negros escravizados em escritos sobre a formação do Rio Grande. Conforme demonstra Nedel (2005) ao longo de sua tese, Dante estabeleceu diálogos com especialistas de projeção nacional e internacional, na condição de um historiador polígrafo consciente da distância que se criava entre a historiografia sulina e as representações da nacionalidade, calcadas na miscigenação racial biológica e cultural, ou na valorização de determinados traços culturais de origem africana. Mais tarde, a partir da segunda metade dos anos 40, os diálogos mencionados seriam fundamentais para a atuação do autor enquanto folclorista.

Entre os inúmeros contatos de Laitano, encontravam-se: 1) Gilberto Freire; 2) Arthur Ramos, médico de formação, catedrático de Antropologia e Etnografia da Universidade do Brasil (1939), e um dos idealizadores da chamada Escola Nina Rodrigues, conformada na segunda metade dos anos 30 por um grupo de intelectuais baianos radicados no Rio de Janeiro, que em sua vertente mais ligada ao culturalismo dedicava-se a estudos sobre o negro, especialmente quanto à religiosidade; 3)

⁴⁸ NEDEL, Leticia Borges. *Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Júlio de Castilhos nos anos 50*. Dissertação de Mestrado em História. UFRJ, 1999. p.138.

⁴⁹ Idem, p.120-122.

Melville Herskovits, antropólogo estadunidense, discípulo de Franz Boas próximo a Ramos e Freire, e estudioso de *sobrevivências* culturais africanas no Novo Mundo.⁵⁰

Possuindo acesso a círculos intelectuais de prestígio, ocupando a chefia do gabinete do secretário de Educação e Saúde do estado, J.P. Coelho de Souza, e como presidente da Comissão Organizadora do III Congresso de História e Geografia do IHGRS, Dante ajudou a trazer para o evento colaboradores de variadas procedências. Dessa forma, ajudava a lançar na “província” maneiras alternativas de compreensão dos contornos histórico-sociais do Rio Grande do Sul, embora suas próprias interpretações ainda trouxessem uma carga considerável de teorias baseadas no racismo científico e no branqueamento racial biológico, supostamente decorrente da mistura entre portugueses e índios, e entre portugueses e negros.

Entre participantes presenciais e apoiadores epistolares do certame estiveram Melville Herskovits, Mário de Andrade, Arthur Ramos, Edgar Roquette Pinto (diretor do Museu Nacional), Herbert Baldus (Professor de Etnologia Brasileira da Escola de Sociologia e Política de São Paulo), e Percy A. Martin (professor da Stanford University da Califórnia e autor do artigo *Brasil*, na Enciclopédia Britânica). Ainda, compareceram

⁵⁰ Os diálogos entre Arthur Ramos e Dante de Laitano foram abordados em minha dissertação de mestrado (2010), cuja problemática consistiu em desvelar os lugares sociais destinados a africanos e afrodescendentes em interpretações sobre a formação histórica e social do Brasil. Para tanto, foram analisadas comunicações apresentadas ao II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador (1937), e ao III Congresso de História e Geografia do IHGRS, eventos dos quais Laitano participou, ao mesmo tempo em que se inteirava dos estudos africanos e de relações raciais. Os referidos diálogos foram compreendidos no contexto da ascensão da Escola Nina Rodrigues na cena intelectual brasileira, frente à hegemonia conquistada por Gilberto Freire, bem como das transformações em curso na historiografia sulina, considerando a institucionalização das Ciências Sociais, a conformação do mercado editorial brasileiro e, em menor medida, aspectos políticos da trajetória de Dante. A remontagem parcial e a interpretação dos significados dessas e outras redes foi possível graças à leitura de bibliografia especializada, como a tese de Mariza Corrêa sobre a Escola Nina Rodrigues (1998) e os trabalhos de Letícia Nedel, e à pesquisa em cartas pessoais Ramos, reunidas em um fundo específico no Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

inúmeros sócios brasileiros e latino-americanos de instituições coirmãs e congêneres ao IHGRS, professores, autoridades políticas, diplomatas.

O destaque ficou por conta de Gilberto Freire, cuja conferência *Continente e Ilha* incluiu o Rio Grande do Sul nas representações simbólicas da cultura brasileira, ao proferir que o país seria comparável a um continente composto por ilhas sociais dotadas de especificidades unidas por determinadas características.⁵¹ Definindo como principal critério de pertença à nação o equilíbrio cultural e racial advindo da miscigenação entre colonizadores portugueses e negros escravizados, Freire fez da região nordeste a máxima encarnada da brasilidade, colocando em discussão a necessidade de, metodologicamente, se pensar o Brasil como um todo constituído por particularidades.⁵² Daí a importância de sua presença num congresso onde fora homenageada a “heroica e velha gente portuguesa”, entendida como responsável pela incorporação do “‘continente do Rio Grande’ ao resto desse Brasil de alma, sangue e coração lusitanos”.⁵³

Considerando a situação acima descrita, para os fins deste artigo, a *região* não consiste num dado objetivo, calcado em critérios estáticos e, *a priori*, concernentes a determinados espaços sociais e culturais. Com base nas reflexões de Pierre Bourdieu, a “região” é aqui entendida como o resultado de lutas travadas entre pares intelectuais concorrentes, interessados em definir os critérios de pertencimento ao conjunto de uma determinada nação.⁵⁴ No Brasil, a miscigenação foi transformada em item primordial de pertencimento, sendo a democracia racial largamente enunciada durante o Estado Novo encarada enquanto maneira de alcançar uma coesão nacional conduzida pela descendência portuguesa.

As inúmeras apropriações desta máxima certamente possuíram especificidades, referentes a escopos temáticos e teóricos, lugres de

⁵¹ NEDEL, Leticia. A recepção da obra de Gilberto Freyre no Rio Grande do Sul. *Mana*. v. 13. n. 1. Rio de Janeiro, abril de 2007.

⁵² NEDEL (1999), Op. Cit.

⁵³ ANAIS DO III CONGRESSO SUL-RIO-GRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA. *Palavras do Sr. Dante de Laytano, presidente da Comissão Organizadora do III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia*. Vol. I. Porto Alegre: Edição da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1940. p. LXXXIV.

⁵⁴ BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. [1984]. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro/Lisboa: Diefel, 1989.

produção escrita e conjunturas político-sociais mais amplas. As comunicações apresentadas por Souza Docca e Ellis Junior ao III Congresso de História e Geografia do IHGRS dialogaram, em maior ou menor medida, com estes contextos, devidamente entrecortados pela proposta de trabalho do evento: comemorar o bi centenário da colonização lusitana de Porto Alegre, obedecendo a diretrizes disciplinares características do Instituto, em certa medida somadas a discussões mais abrangentes que escapavam aos limites da instituição.

Dentro deste quadro, os textos de nossos autores foram alocados na I Seção Temática, assim organizada: 1) “Paleontologia”; 2) “Arqueologia”; 3) “Antropologia” (Caracteres exteriores do homem, esqueleto, posição sistemática, anomalias, doenças, ornatos e deformações artificiais, desenvolvimento físico, sexo; Antropologia Cultural; Bibliografia); 4) “Etnografia” (Os indígenas; costumes, tradições e agrupamentos das tribos, mitologia; O português e suas diferenciações no meio brasileiro; O negro, formação moral e social e aspectos físicos; O alemão e o italiano; Outros contingentes raciais: polonês, espanhol, russo, judeu e etc.; Bibliografia).

A novidade vislumbrada na grade de conteúdos do certame sulino em relação a eventos semelhantes realizados pelo IHGB, por exemplo, é a inclusão da Antropologia Cultural enquanto disciplina a ser abordada ao lado da Antropologia Física, refletindo a conjuntura “científica” brasileira e sul-rio-grandense à qual fizemos referência.⁵⁵ Vejamos, então, como Souza Docca e Ellis Junior compreenderam a formação histórica e social do Brasil a partir de suas regiões, atentando para elementos das experiências intelectuais e profissionais de ambos os autores.

⁵⁵ Em grande medida, a estrutura organizativa do III Congresso de História e Geografia do IHGRS correspondeu aos eventos realizados pelo IHGB, onde também existiram seções destinadas à presença africana. No I Congresso de História Nacional (1914), uma seção acerca da “História das Explorações Arqueológicas e Etnográficas” contou com comunicações sobre as “tribos negras” desembarcadas no Brasil no período escravista, escritas por Afonso Cláudio e Braz do Amaral. GUIMARÃES, Lúcia Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007. p.82

Gente Sul-Rio-Grandense, por Souza Docca

Militar de carreira e escritor autodidata, Emilio Fernandes de Souza Docca (1884-1945) era natural de São Borja.⁵⁶ Possuindo significativa produção literária, em 1921 entrou para o IHGRS como sócio fundador e orador oficial, função a partir da qual demonstrou suas preocupações em desconstruir a imagem separatista atribuída ao Rio Grande do Sul. Na seção inaugural de sua posse, Souza Docca elogiou a fundação de “tão útil e patriótica instituição”, destacando sua importância para a continuidade “da agremiação rio-grandense como ‘valor inestimável da sociedade brasileira’”.⁵⁷ Entre 1927 e 1937, o intelectual integrou o conselho editorial da Revista do IHGRS como membro da Comissão Permanente de Estatutos e publicou textos nos quais combateu fortemente a interpretação platinista de Alfredo Varela.⁵⁸

Em 1932, Souza Docca fixou residência no Rio de Janeiro, tornando-se sócio efetivo do IHGB e chefe de Gabinete da Diretoria de Intendência da capital federal. Desde a década de 20, manteve-se próximo a Getúlio Vargas, quando acompanhou o então governador do Rio Grande do Sul em visita ao IHGB, onde foram estabelecidos contatos com membros da Aliança Liberal, cuja presença entre os sócios do Instituto era expressiva.⁵⁹ Após alguns percalços, Docca apoiou o Estado Novo, considerando o novo período enquanto “a realização da verdadeira revolução”, posto que “‘dissolvera os ‘providencialismos particularistas’ [...] em nome de uma só bandeira’ [...]”.⁶⁰

Segundo Carlos Henrique Armani, as chaves teóricas e historiográficas utilizadas por Souza Docca para a inclusão do sul no todo nacional aproximavam-se das versões regionalistas de um grupo

⁵⁶ Os dados biográficos sobre Souza Docca foram retirados de: ARMANI, Carlos Henrique. *Identidade nacional e fragmentação no pensamento de Emilio Fernandes de Souza Docca*. Dissertação de mestrado em História. Porto Alegre, PUCRS, 2003.

⁵⁷ JÚNIOR, Antônio Manoel Elíbio. O ‘sentimento brasileiro que lhes brotará na alma’: a construção da nação e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1921-1930). *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*. n.º. 38, ano 21, 1. set. 2008. p.46.

⁵⁸ Ver, entre outros: DOCCA, Emilio Fernandes de Souza. *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha. Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Ano XV - II Trimestre. Porto Alegre: Globo, 1935.

⁵⁹ GUIMARÃES, Op. Cit., p.34.

⁶⁰ ARMANI, Op. Cit., p.48.

modernista paulista denominado Verde Amarelo, composto por personalidades como Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Alfredo Ellis Junior.⁶¹ Para este grupo, um regionalismo particularista deveria ser positivamente reivindicado, enquanto propagador de características étnicas, geográficas e culturais ditas específicas a São Paulo. Ao contrário das ideias urbanas e cosmopolitas da versão antropofágica de Mário de Andrade e Oswald de Andrade, os modernistas verde-amarelos reportavam-se a uma história rural, construída por *bandeirantes* lusitanos, desbravadores das fronteiras internas do Brasil.⁶² Por sua vez, em Souza Docca, os *gaúchos* descendentes de portugueses povoadores do pampa teriam defendido as fronteiras externas do Império do Brasil.

Às vésperas de tornar-se general do Exército, Docca enviou ao III Congresso de História e Geografia sua comunicação intitulada *Gente Sul-Rio-Grandense*. Dividido em cinco “capítulos”, o texto seguiu a estrutura argumentativa própria à historiografia praticada no IHGRS, contemplando aspectos históricos, geográficos, sociais e étnicos. Sob essa perspectiva, as três primeiras partes do trabalho trataram dos seguintes assuntos: 1) *O Habitat*, sobre as condições ambientais do pampa; 2) *Primeiras explorações: relações com o gentio*, versado no protagonismo português nos primórdios da formação do Rio Grande; 3) *Informações sobre a terra: povoamento sistemático*, acerca das incursões militares realizadas pelos desbravadores, nesse caso, os *bandeirantes* paulistas, considerados o principal contingente “brasileiro” do povoamento do estado.⁶³ Munido deste quadro, no quarto capítulo, Docca parte para a discussão da *Gente Sul-Rio-Grandense*, momento em que são apresentadas as “raças” formadoras do estado: o “americano” cruzado com o “amarelo”, o “branco” e o “negro”.

⁶¹ ARMANI, Op. Cit., p.55.

⁶² VELLOSO, Mônica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. v. 6, n. 11, 1993, p. 89-112.

⁶³ DOCCA, Sousa. *Gente Sulriograndense: contribuição para o bi-centenário de Porto Alegre: III Congresso Sul-riograndense de História e Geografia. Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia: comemoração ao bi-centenário da colonização de Porto Alegre*. v. 2. Porto Alegre, Edição da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1940. p.647-658.

No IHGB, as diretrizes teórico-metodológicas de interpretações que incorporaram as raças definidas como constituintes do Brasil estiveram, em sua maioria, próximas ao monogenismo.⁶⁴ Tal ponto de vista era defendido por darwinistas sociais que acreditavam num evolucionismo expresso na possibilidade da mistura positiva entre raças humanas consideradas da mesma espécie (possuiriam um ancestral comum), porém portadoras de níveis desiguais de desenvolvimento civilizatório, a serem melhorados através do branqueamento biológico.⁶⁵ Apesar de integrar os quadros do IHGB, Souza Docca adotou em sua comunicação as premissas do poligenismo, viés que preconizava a origem diversa das raças, sendo os cruzamentos entre as mesmas entendidos como prejudiciais à evolução social e cultural biologicamente influenciada, devido aos perigos da degenerescência das raças superiores (brancas europeias), quando misturadas às inferiores (americanas, negras, amarelas).⁶⁶

Sob essa perspectiva, Docca inicia a análise dos contingentes formadores do Rio Grande do Sul com o “elemento indígena”, identificando os grupos de índios com base na procedência (aqui, sinônimo de etnia), conforme as categorias linguísticas de Paul Ehrenreich retocadas por Capistrano de Abreu.⁶⁷ Atentando para tal classificação, Docca afirma que Charruas e Minuanos teriam sido os maiores contribuintes para a construção da identidade dos *gaúchos*, porque originários do pampa localizado na margem oriental do rio Uruguai, fato que possibilitaria a prévia afinidade de ambos os grupos com a vida no campo, considerada típica do Rio Grande. Por sua vez, as habilidades indígenas teriam se desenvolvido somente com o processo

⁶⁴ Por exemplo, a já citada monografia de Karl Friedrich Philipp von Martius, intitulada *Como escrever a história do Brasil* (1844). SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.112

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Sobre os conteúdos conceituais, metodológicos e históricos das teorias monogenista e poligenista, consultar: DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero. *Controvérsias Evolucionistas no Brasil do Século XIX*. In: DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero e GLICK, Thomas (org.). *A Recepção do Darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.

⁶⁷ São elas: (A) Tupis Guaranis (Tapes, Carijós, Caaguas, Guaianás, Arachanes); (B) Gês (Botocudos, Bugres, Caingangs, Coroados); (C) Guaicúis (Jaros, Guenoas, *Charruas*, *Minuanos*).

“amistoso” de assimilação biológica e cultural empreendido pelos portugueses estancieiros, através do qual, Charruas e Minuanos teriam perdido características físicas, linguísticas, culturais e sociais originais, convertendo-se em “peões” dignos de trabalharem ao lado de seus patrões.⁶⁸ Nascia, assim, o peão mestiço do Rio Grande do Sul.

Ao deslocar a presença indígena para um passado distante, o autor coloca, na escala racial evolutiva por ele utilizada, Charruas e Minuanos acima do “elemento negro”. Para Souza Docca, os índios “sobrepunjavam ao negro em qualidades morais”, não aceitando o “servilismo” e trabalhando em prol do “progresso rio-grandense”.⁶⁹ Com esta conclusão, e afirmando veementemente que os peões gaúchos não possuíam misturas com o sangue negro, Docca explica a influência deste último contingente na formação do estado. Para tanto, apresenta duas “tribos” africanas entradas no território sulino ao longo do século XIX, quais sejam Minas e Bantos.⁷⁰

Sobre os Minas, originários da Costa do Ouro e da Costa dos Escravos da Guiné Setentrional, o autor coloca:

Eram fetichistas. Em geral *bem proporcionados*, de *porte airoso*, *cor azeitonada* (...) menos carregada que a dos *negros puros*, esquivos aos trabalhos pesados. Tinham *temperamento dócil*; eram extremamente afetivos e leais – daí procede sua nobre e notável dedicação aos seus senhores e, particularmente, aos filhos destes. Eram amantes das festas, *inclinados à embriaguês* e de *temperamento sensual*. Tinham queda especial pela arte culinária e, por isso, preferidos para os trabalhos de cozinha [grifos meus].⁷¹

⁶⁸ DOCCA (1940), Op. Cit., p.665.

⁶⁹ DOCCA (1940), Op. Cit., p.666.

⁷⁰ Neste texto, Docca não faz referência às fontes ou à bibliografia nas quais teria buscado as categorias empregadas para classificar os africanos. Deduzimos que as mesmas tenham sido retiradas dos relatos de viagem de Auguste Saint Hilaire, que esteve no Rio Grande do Sul nos anos 1820. Em *O porquê da Brasilidade Farroupilha* (1935), Docca cita a categorização proposta pelo naturalista, sendo a mesma praticamente igual àquela utilizada em *Gente Sul-Rio-Grandense* (1940).

⁷¹ DOCCA (1940), Op. Cit., p.667.

Baseando-se em noções biológicas de raça manifestadas em marcadores como a cor e a proporção física, aliadas à procedência, Docca relaciona a propensão natural para a arte culinária ao gosto dos minas pelo trabalho doméstico. Nesse sentido, sendo a destreza nas lides campeiras entendida enquanto uma das características fundantes do tipo social sul-rio-grandense, o autor acaba por diminuir a importância dos minas na formação histórica do estado, quanto à incorporação desta etnia à mistura racial que teria originado o gaúcho peão, resultado do cruzamento de brancos com índios adaptados ao pampa. Nesse caso, valores morais e psicológicos, como a tendência à embriaguez e a sensualidade nata atribuída aos negros, igualmente, contribuem para a construção de estereótipos racializados referentes aos africanos. Dessa forma, sobre os bantos da Guiné Meridional, vindos de Angola, Cassangue e Congo, afirma Docca:

Falavam *Bantu* e eram *fetichistas* e mui dados à feitiçaria. *Delgados* e de *alta estatura*; grandes palradores, de *espírito irascível*; tinham imaginação e primavam pela astúcia; eram sumamente *inconstantes* e *medrosos*. Só se mantinham no serviço por temor ao castigo. Eram *corruptos* e *sensuais*. Não tinham qualidades para o serviço das estâncias, foram, por isso, utilizados nos labores domésticos [grifos meus].⁷²

Novamente, características socioculturais atribuídas a uma etnia africana são negativamente naturalizadas, junto a classificações raciais que explicariam a irracionalidade e a corrupção dos bantos. Ainda, mesmo não preconizando a “queda pela arte culinária” imputada aos minas, Docca mantém as qualidades para os serviços domésticos em suas considerações relativas aos bantos, omitindo, em grande medida, a participação negra no processo de construção dos contornos culturais, sociais e étnicos do Rio Grande do Sul, determinado por uma vida rural gestada em grandes latifúndios. Os bantos estariam, pois, fadados a uma posição secundária na tese do autor, devido à sua incapacidade nata para enfrentar as condições de trabalho campeiras.

Especificamente neste ponto, a estrutura argumentativa de Docca corresponde à instrumentalização de categorias de cor e traços psicológicos e sociais racializados e não, à utilização de documentos escritos oficiais lidos de maneira positivista, conforme os padrões

⁷² DOCCA (1940), Op. Cit., p.667-668.

metodológicos do IHGRS. Ou seja, ao menos neste aspecto, as conclusões de Docca sobre as atividades desenvolvidas pelos negros na sociedade sulina não resultaram da leitura de fontes primárias vistas como uma verdade, mas sim de parte das orientações teóricas incorporadas pelo autor.

Em Souza Docca, a propensão de bantos e minas para os afazeres domésticos parece justificar a presença africana em células sociais lideradas pelas elites brancas, fundamentalmente as estâncias. Porém, o autor logo adverte que “foi insignificante a contribuição do sangue etiópico na formação do tipo sul-rio-grandense”, afirmativa desta vez comprovada por dados divulgados no IHGRS por Aurélio Porto, em 1921.⁷³ Tais dados, combinados a estatísticas populacionais, atestariam a quase ausência de negros no estado, inclusive, no processo de miscigenação tão caro à intelectualidade nos anos 30 e 40. Neste ponto, as fontes documentais embasaram a interpretação de Docca, construída em consonância com os princípios metodológicos do positivismo, referentes à profissionalização da pesquisa histórica empreendida no IHGRS.⁷⁴

Do ponto de vista do racismo científico, o apagamento dos africanos no texto de Souza Docca talvez possa ser atribuído à teoria poligenista, anteriormente comentada, cujos pressupostos condenavam a miscigenação entre raças consideradas desiguais em sua constituição biológica, devido aos perigos da degenerescência da raça superior. Como, em Docca, os negros inferiores não possuíam características raciais essenciais para a adequação às “fainas” campeiras, possivelmente o autor não quisesse arriscar a perda dos valores morais superiores atribuídos às elites brancas, naturalmente aptas ao pampa. Se, os negros eram inadaptados ao ambiente natural e à sociedade sulinas, a mistura entre eles e os brancos não deveria ocorrer.

Sob essa perspectiva, Souza Docca define o “elemento branco” sul-rio-grandense em oposição ao “elemento negro”:

⁷³ DOCCA (1940), Op. Cit., p.668.

⁷⁴ NEDEL, Leticia Borges. *Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Júlio de Castilhos nos anos 50*. Dissertação de Mestrado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999. p.136.

Os colonizadores lusitanos eram de *compleição robusta*, morigerados, econômicos, com verdadeiro *culto pela honra*, não faltando, por isso, nunca à palavra empenhada; *afeitos ao trabalho*; (...) Tinham *culto pela liberdade*, com acentuada *tendência para os princípios liberais* e dotados de *sentimento de hospitalidade*. (...) O *açoriano*, agricultor por excelência, em sua terra natal, no Rio Grande do Sul, *adaptando-se ao meio cósmico* e, sob o imperativo deste e da necessidade econômica, se fez pastor admirável e exemplar. De *sua cruzada com o elemento brasileiro* que ali encontrou, nasceu o campeador sul-rio-grandense – inextinguível na *bravura*, no *desprendimento*, no *idealismo* e no *amor à Pátria*. Desempenado, franco, atraente, altivo, fanfarrão e amoroso; (...) destemido, inteligente, audaz e com grande apego ao torrão natal [grifos meus].⁷⁵

Interligado a caracteres físicos, o contraste estabelecido entre açorianos e africanos passava pela enunciação de qualidades morais e psicológicas atribuídas aos lusitanos (brancos), numa construção relacional de “tipos” racializados, onde a ideia do que era ser “negro” dependia das definições de quem eram os “brancos”.⁷⁶ Nesse caso, os verdadeiros povoadores do Rio Grande seriam de origem portuguesa,

⁷⁵ DOCCA (1940), Op. Cit., p.670.

⁷⁶ Entendemos que as identidades raciais são construídas de maneira relacional, com base em marcadores socioculturais combinados entre si (classe, gênero, nacionalidade, cor, etnia, etc.). Dentro desta proposta, a designação “branco” é aqui compreendida como uma categoria tão racializada quanto a designação “negro”, com a diferença de que a primeira fora invariavelmente naturalizada como uma normatividade pouco problematizada e, por isso, aceita enquanto um padrão de conduta, estética e comportamento a partir do qual todas as outras identidades raciais deveriam ser organizadas e hierarquizadas. Assim como outros especialistas, Ruth Frankenberg denomina “branquidade” a construção da identidade branca, conceito com base no qual a autora procura desvelar os mecanismos de elaboração histórica, social e cultural da raça, bem como de seus múltiplos significados. FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não marcada. In: WARE, Vron (org.). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária/ Centro de Estudos Afro-Brasileiros, 2004.

apreciadores do trabalho e da honra e, por essa razão, construtores da civilização dos pampas.

Já os camponeses sul-rio-grandenses descendentes de açorianos teriam desenvolvido plenamente a agricultura nos vastos horizontes de terra sulinos, originando o campeador mestiço. Este, por sua vez, teria resultado da “cruza” entre os brancos e o “elemento brasílico”, nesse caso os bandeirantes paulistas (também descendentes de portugueses) desbravadores do Brasil meridional. O pampa seria, assim habitado, por uma população majoritariamente branca e de origem lusa, somada aos peões mestiços de índios com brancos anteriormente mencionados.

Dotados de grande apreço à pátria seriam também o “elemento italiano” e o “elemento germânico” incorporados aos contingentes de trabalhadores sul-rio-grandenses, através da imigração. Em seu texto, Souza Docca defendeu insistentemente a “brasilidade” consolidada entre os estrangeiros e seus descendentes, apesar de admitir a permanência de traços culturais de difícil “assimilação” nas comunidades imigrantes do Rio Grande do Sul, consideradas desprovidas de características necessárias à plena realização da nacionalidade brasileira, tais como a miscigenação racial com brasileiros e a adoção da língua e dos costumes da nova pátria. Para compensar esta dificuldade, Docca enfatizou os elementos “eugênicos” (ou seja, de melhoria racial) extremamente benéficos trazidos ao Rio Grande por alemães e italianos a partir do século XIX.⁷⁷

É importante ressaltar que, para setores das elites republicanas, os imigrantes eram considerados imprescindíveis à miscigenação racial e cultural. Com a mistura, esperava-se “melhorar” a eficiência dos trabalhadores brasileiros (em grande medida, representados como mestiços de brancos com negros) por meio do branqueamento e, simultaneamente, dissipar os “quistos” étnicos existentes principalmente no sul do Brasil, justamente para que a tão desejada mestiçagem fosse possibilitada.⁷⁸ No Estado Novo, esta preocupação fora expressa na

⁷⁷ DOCCA (1940), Op. Cit., p.673.

⁷⁸ SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. Evidentemente, as discussões sobre a assimilação étnica perpassaram outras questões, como as querelas políticas em torno do nazismo, a prática de religiões não católicas e a manutenção de um sentido de pertencimento desejado

Campanha de Nacionalização iniciada em 1938 e empreendida pelo Exército, por órgãos estatais ligados à cultura e à educação, dentre outras esferas. No contexto do III Congresso de História e Geografia do IHGRS, marcado por um esforço de inclusão do Rio Grande do Sul no quadro identitário nacional, o general Souza Docca certamente deveria atentar para tal contingência.

Utilizando o método de Paul Broca desenvolvido em meados do século XIX na França, Souza Docca classificou os alemães em duas categorias craniométricas com base em índices cefálicos e sinais físicos. São elas: 1) “dolicocefalos”, tipo germânico loiro e de pele muito branca (localizada no topo da hierarquia constituída entre os brancos); 2) “braquicefalos”, menos dotados de caracteres nórdicos (e, por isso, inferiores aos “dolicocefalos”). Segundo o autor, devido ao seu alto grau de “dolicocefalia” e senso de nacionalidade, os alemães possuiriam propensão natural ao trabalho, excelentes qualidades como combatentes militares e um alto espírito de disciplina e ordem. Quanto à assimilação vista como obrigatória ao amálgama da brasilidade, as responsáveis por este processo no Rio Grande do Sul teriam sido as relações comerciais, familiares e militares estabelecidas no Brasil meridional, e a miscigenação com os *gaúchos* (descendentes de portugueses).⁷⁹

Igualmente, os italianos “braquicefalos” figurariam entre os contingentes formadores do sul, cuja origem latina e a consanguinidade racial, em tese, mais próxima à dos brasileiros, teria permitido uma assimilação mais rápida e eficaz em comparação aos alemães. A partir desta classificação, Docca definiu os italianos como apegados à pátria que os recebera, capacitados para o trabalho e de excelente aparência física. Por sua vez, os benefícios trazidos por tal grupo seriam comprovados em taxas de mortalidade e natalidade positivas, e nos índices de crescimento comercial, sempre mais elevados no Rio Grande do que nas demais regiões brasileiras. Sob essa perspectiva, as justificativas para o progresso econômico do estado seriam buscadas não só em estatísticas variadas, como também na conformação populacional de uma região vista como majoritariamente branca, cuja suposta superioridade racial ajudaria a explicar os altos índices de desenvolvimento percebidos em documentos escritos.

pelas próprias comunidades de imigrantes, em relação aos seus lugares e países de origem.

⁷⁹ DOCCA (1940), Op. Cit., p.673.

Por fim, no quinto e último capítulo, intitulado *A sociedade sul-riograndense*, Souza Docca discorre sobre os sistemas sociais entendidos como formadores do Rio Grande do Sul por excelência: a estância e o espírito militar. As grandes propriedades rurais construídas pela aristocracia lusitana seriam caracterizadas pela conformação de “células sociais”, onde as relações entre patrões e empregados se articulariam dentro de um espírito democrático proporcionado pelas lides no campo, pela natureza igualitária dos lusitanos, e pelas relações de trabalho escravistas do pampa, sempre mais brandas em comparação às charqueadas localizadas no sul do Rio Grande.⁸⁰

Ainda, de acordo com Souza Docca, poucos teriam sido os negros presentes nas estâncias, já que supostamente desnecessários devido à natureza do trabalho na pecuária. Quanto ao igualitário espírito militar, este teria se desenvolvido em campanhas bélicas de defesa de fronteiras, expressas na conformação de acampamentos tão democráticos quanto as estâncias.

A história sul-riograndense seria, portanto, resultante de relações sociais horizontais erigidas no ambiente pampeano, largamente povoado por contingentes descendentes de portugueses, quando muito miscigenados com índios. Dentro desta interpretação, o “tipo” sulino seria o gaúcho aristocrata português e o peão gaúcho mestiço. Para os negros, restaria um silêncio comprovado por fontes históricas, em parte, interpretadas conforme teorias raciais ainda recorrentes nos anos 40, embora alternativas importantes às mesmas já estivessem colocadas nos ambientes intelectuais brasileiros. A Antropologia Cultural, mencionada no primeiro tópico deste artigo e prevista no programa de trabalho do certame em questão, seria apenas uma entre elas.

⁸⁰ A máxima das relações sociais e raciais democráticas no pampa sul-riograndense foi uma interpretação amplamente compartilhada por diversos intelectuais que colaboraram com o desenvolvimento de uma historiografia regionalizada no Brasil e no Rio Grande do Sul, como por exemplo, Jorge Salis Goulart, autor de *A Formação do Rio Grande do Sul*, e Francisco José de Oliveira Vianna, autor de *Populações Meridionais do Brasil*. Ambos os autores publicaram suas obras na década de 1920 e utilizaram largamente classificações raciais biológicas, semelhantes àquelas colocadas em Docca, para explicar a história e a sociedade do Brasil Meridional.

O negro no bandeirismo, por Alfredo Ellis Junior

Um dos interlocutores de Souza Docca no III Congresso de História e Geografia foi o paulista Alfredo Ellis Junior, integrante do já referenciado movimento Verde Amarelo, uma das influências intelectuais do primeiro autor. Marcadamente conservador, este movimento pregava a reificação do regionalismo como chave explicativa para a construção histórico-social do estado de São Paulo, onde a realização da nacionalidade ocorreria no *caipirismo* constituído no interior do território brasileiro.⁸¹ Dessa forma, os verde-amarelos preconizavam o retorno às tradições idílicas enquanto elemento central para a elaboração de um projeto cultural para o país.

Sob essa perspectiva, a cultura brasileira era representada como fundada no elemento tupi, símbolo da passividade necessária à assimilação étnica e racial empreendida pelos portugueses nos primórdios da colonização.⁸² Completava este quadro a geografia do planalto paulista, cujos rios que corriam para as matas teriam conduzido os desbravadores *bandeirantes* em direção aos sertões, considerados a expressão da brasilidade em detrimento do litoral “alienígena”. Tal processo, teria, enfim, alargado as fronteiras internas do Brasil.⁸³ Nesta interpretação as definições de quem eram *bandeirantes*, colonizadores e tupis foram perpassadas por noções de raça apropriadas por Alfredo Ellis Junior, um dos integrantes do verde-amarelismo.

Natural da cidade de São Carlos (SP), Ellis Junior (1896-1974) construiu uma trajetória política marcada por mandatos legislativos pelo Partido Republicano Paulista (anos 20 e 30), bem como pela participação em armas na Revolução de 1932, contrária à centralização política conquistada por Getúlio Vargas.⁸⁴ Como intelectual, o autor foi sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1927), diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e catedrático da cadeira de História da Civilização Brasileira da Universidade de São Paulo, sendo os dois últimos cargos ocupados entre meados dos anos 30 e início dos 40.

⁸¹ VELLOSO, Mônica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. v. 6, n. 11, 1993, p.97.

⁸² Idem, p.98.

⁸³ Ibidem, p.101.

⁸⁴ Os dados biográficos sobre Ellis Junior foram retirados principalmente de: MONTEIRO, John. Caçando com gato: raça, mestiçagem e identidade paulista na obra de Alfredo Ellis Junior. *Novos estudos/ CEBRAP*, v. 38, 1994. p. 61-78

Nesse contexto, a produção escrita de Ellis Junior correspondeu às diretrizes teóricas e disciplinares do Instituto paulista, apesar de o autor ter sido docente de uma universidade onde era iniciada a circulação de escopos alternativos à Antropologia Física, trazidos por cientistas sociais franceses.⁸⁵ Ainda, o ambiente intelectual paulistano contava com instituições receptoras e difusoras de conceitos e disciplinas inovadores, como a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (representada por Herbert Baldus no III Congresso do IHGRS), local onde o sociólogo estadunidense Donald Pierson passava a pensar a raça enquanto resultado de lutas políticas.

John Monteiro divide a obra de Ellis Junior em duas fases delimitadas de acordo com o ingresso do intelectual na USP. Na primeira, Ellis teria contribuído com discussões sobre mestiçagem e historiografia regional, por meio de uma interpretação esmiuçada do sertanismo do período colonial. Já na segunda fase, o catedrático passaria a sistematizar suas hipóteses em “cansativos esquemas didáticos” reproduzindo velhas afirmações, porém, modificando sutilmente posturas anteriormente defendidas.⁸⁶

De todo modo, os escritos de Ellis Junior consistiram, majoritariamente, na elaboração de interpretações que buscaram inserir particularidades regionais de São Paulo na totalidade nacional, conforme as diretrizes do IHGSP.⁸⁷ Para tanto, o autor combinou conteúdos pertencentes a campos disciplinares ainda indefinidos, produzindo uma historiografia de cunho literário e ensaístico que exaltava o tipo social paulista: o *bandeirante*.⁸⁸ Esta “raça de gigantes” seria o resultado do caldeamento racial e cultural iniciado pelos jesuítas e complementado pelos portugueses, gerador de uma população forte e consciente de seus deveres expansionistas. Foi dentro desta grande síntese que a questão da presença negra nas bandeiras gerou polêmicas entre membros do

⁸⁵ PEIXOTO, Fernanda Arêas. Franceses e norte-americanos nas Ciências Sociais Brasileiras (1930-1960). In: MICELI, Sérgio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. v.1. São Paulo: Sumaré/ IDESP/ FAPESP, 2001.

⁸⁶ MONTEIRO (1994), Op. Cit., p.82.

⁸⁷ FERREIRA, Antônio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

⁸⁸ Idem, p.138.

movimento Verde Amarelo, ainda que os mesmos concordassem em aspectos fundamentais acerca da formação de São Paulo.

Em *O negro no bandeirismo*, texto apresentado ao III Congresso de História e Geografia do IHGRS, Ellis Junior elimina a participação africana e afro descendente das bandeiras, apoiando-se, assim como Souza Docca, em pressupostos da Antropologia Física e em fontes documentais.⁸⁹ No geral, dentre os argumentos apresentados, prevaleceram os critérios da seleção natural, cuja ação sobre as populações não teria permitido a sobrevivência de raças inferiores sob as condições climáticas do planalto e, tampouco, sob a competição travada com as raças superiores.

Esta foi uma discussão central levantada ao longo da citada comunicação, na qual Ellis Junior refutou veementemente as conclusões do verde-amarelo Cassiano Ricardo, cuja obra, *Marcha para o Oeste*, afirmava contundentemente a participação de africanos nas incursões vicentinas nos sertões do Brasil no século XVII.⁹⁰ Este debate é importante, pois, assim como as dinâmicas sociais das estâncias eram entendidas como primordialmente fundantes do Rio Grande do Sul, as bandeiras paulistas foram convertidas em evento histórico inaugurador das origens de São Paulo.

Para escrever a comunicação dividida em dois “capítulos”, Ellis Junior utilizou documentação oficial, estatísticas e relatos de viajantes (principalmente Saint Hilaire), sendo estes materiais interpretados à luz de teorias raciais que atestavam a inferioridade natural dos negros em relação aos brancos. O Capítulo I inicia com um debate sobre “hierarquia racial”, no qual o autor se diz contrário à ideia da “superioridade” defendida por Gobineau, Chamberlain e Hitler, reivindicando sua adesão à doutrina da “desigualdade” entre raças.⁹¹ A diferença entre tais premissas seria o caráter relativista da palavra “desigualdade”. Por exemplo, os negros poderiam ser superiores aos

⁸⁹ ELLIS JUNIOR, Alfredo. *O negro no Bandeirismo*. In: *Anais do III Congresso Sul-rio-grandense de história e geografia do Rio Grande do Sul: comemoração ao bicentenário da colonização de Porto Alegre*. vol. 2. Porto Alegre: Editora da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1940.

⁹⁰ RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste: a influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil*. v. 1. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959.

⁹¹ ELLIS JUNIOR (1940), Op. Cit., p.1571.

brancos em afetividade e força física. Porém, os brancos seriam sempre superiores aos negros, quanto à capacidade de desenvolver civilização. Contudo, mesmo entendendo a desigualdade racial como um método de cunho relativo, Ellis Junior afirma:

O negro é inferior [...] no dizente a várias partes da capacidade mental de cada raça. Por isso ele socialmente se apresenta inferior, pois mergulhado em plena civilização europeia, em que vários índices de eficiência são precisos, sob o ponto de vista psíquico, moral, fisiológico e intelectual, certos níveis que o negro ainda não atingiu. Por isso esse elevado teor nas estatísticas de malandragem, de criminalidade, de anormalidade, em que o negro e o seu mestiço mulato preponderam [...] Assim não considero o negro, de um modo absoluto, inferior [...] O que eu acho é que ele é desigual. E sendo desigual ele é inferior sob muitos pontos de vista.⁹²

Devido à desigualdade, os negros poderiam ser considerados inferiores aos brancos, postulado que remete-se à doutrina da superioridade retoricamente negada por Ellis Junior no mesmo parágrafo em que, paradoxalmente, o autor reforça esta última premissa. Nesse sentido, filiando-se ao darwinismo social, o intelectual paulista se diz imparcial quando afirma não ser “contra o negro”, mas sim um estudioso de suas características comprovadas por estatísticas, testes mentais e documentos variados.⁹³ No contexto do III Congresso de História e Geografia, ocorrido durante a II Guerra Mundial, o autor parecia mais preocupado em se afastar politicamente do nazismo (ideologicamente justificado pelo racismo científico), do que em revisitar suas conclusões a partir de novas teorias em circulação no período.

Avançando para o Capítulo II, intitulado *A economia brasileira e o negro*, Ellis Junior apresenta explicações para a inexistência de negros no bandeirismo, ao colocar que o desenvolvimento econômico de São Vicente teria sido prejudicado em comparação à região nordeste, devido à marginalização da capitania do ciclo da cana-de-açúcar nos séculos XVI e XVII. Por conta desta especificidade, o poder aquisitivo dos vicentinos

⁹² ELLIS JUNIOR (1940), Op. Cit., p.1571-1572.

⁹³ ELLIS JUNIOR (1940), Op. Cit., p,1572.

seria insuficiente para a aquisição de africanos, fato que culminaria na busca de alternativas de renda, nesse caso, o apresamento e venda da “carne humana” ameríndia. Segundo o autor, garantida a subsistência de São Vicente pelos bandeirantes apresadores, a compra de escravos negros teria caído em desvantagem, devido à concorrência instituída no mercado interno, calcada na contradição entre a importação de africanos e a manutenção da captura de índios. Nas palavras de Ellis Junior:

Por isso é que ficou bem afirmado por mim em ‘*Raça de gigantes*’ [...] que o negro africano era *quase* inexistente na capitania vicentina. Os documentos isso a afirmam além de já estar marcado pelo próprio raciocínio, pela ordem natural das coisas e pelos depoimentos das testemunhas [jesuitas e pe. Manoel da Nóbrega] em unanimidade sobre o nosso passado [...] e pelos historiadores que cientificamente se especializaram no assunto [...].⁹⁴

Nesta passagem, a ausência dos negros no planalto paulista é atestada pelas fontes escritas e orais, pela historiografia especializada e pela “ordem natural das coisas”, qual seja a seleção natural mencionada anteriormente. Por outro lado, logo após esta passagem, Ellis Junior afirma que a presença de um ou outro africano poderia ter “quebrado a monotonia” de tantos “negros da terra” (termo colonial utilizado para designar os índios) existentes no planalto.⁹⁵ Ainda assim, os escassos africanos não teriam sido capazes de alterar a composição racial inicial de São Vicente, quando da constituição das bandeiras de apresamento, momento em que a miscigenação entre brancos portugueses e indígenas teria fundado o “tipo” bandeirante, bem como as particularidades da formação histórica e social de São Paulo. Note-se que a mistura entre lusitanos e índios também fora ativada por Souza Docca para explicar o surgimento do peão gaúcho.

Para Ellis Junior, a quantidade de negros no planalto teria aumentado somente ao término do bandeirismo no século XVIII, sendo sua influência racial e cultural percebida somente nos estados do Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás. Tendo em vista que as teses mais recorrentes entre os intelectuais atuantes na primeira metade do século XX referenciavam as origens de São Paulo num passado bandeirante, é

⁹⁴ ELLIS JUNIOR (1940), Op. Cit., p.1571.

⁹⁵ ELLIS JUNIOR (1940), Op. Cit., p.1583.

possível deduzir que, em Ellis Junior, os paulistas descendentes dos desbravadores não possuíam misturas com o sangue negro. Essa explicação, por vezes, estendeu-se à formação da sociedade brasileira como um todo, já que, para o autor, nem mesmo em algumas partes do nordeste, onde o ciclo da cana-de-açúcar fora intenso, os negros teriam figurado em contingente racial considerável.⁹⁶

Ainda, apesar de a imigração italiana não ser o foco de *O negro no bandeirismo*, é importante mencionar que, para o movimento Verde Amarelo, a industrialização e a urbanização de São Paulo - combatidas em termos historiográficos e teóricos frente ao modernismo antropofágico, porém, na prática desejadas por Ellis Junior e seus pares - estiveram diretamente atreladas à influência da mão de obra europeia.⁹⁷ Ao mesmo tempo em que os trabalhadores italianos eram vistos como protagonistas da modernização paulista, eles deveriam ser assimilados à nacionalidade brasileira através da miscigenação com o sangue negro, conforme as interpretações regionalistas proferidas por Gilberto Freire, amplamente defendidas à época enquanto pré-requisito de uma brasilidade em disputa. No movimento Verde Amarelo, este aspecto fora contemplado, justamente, por Cassiano Ricardo.

Para lidar com tais contingências, visto que, embora houvesse divergências, a maioria dos integrantes do movimento refutava a mistura racial entre brancos e negros, setores do grupo passaram a afirmar que “em São Paulo, o sentimento de brasilidade é tão forte e está tão profundamente enraizado que [...] a ‘*alma coletiva*’ da região é capaz de homogeneizar todas as diferenças raciais, englobando-as em um todo orgânico e coeso”.⁹⁸ Sob essa perspectiva, os bandeirantes mestiços de brancos e indígenas foram elevados à categoria de heróis brasileiros, porque heróis paulistas capazes de amalgamar as demais raças. Em torno dessa construção discursiva, africanos e seus descendentes perderam-se nos caminhos de uma historiografia que ajudou a conceber ideias branqueadas de São Paulo, reforçadas pela incorporação de imigrantes de origem europeia em elaborações textuais já marcadas pela ausência negra.

⁹⁶ ELLIS JUNIOR (1940), Op. Cit., p.1584.

⁹⁷ VELLOSO (1993), Op. Cit., p.105.

⁹⁸ VELLOSO (1993), Op. Cit., p.106.

Considerações finais

Se analisadas em perspectiva comparada, as interpretações de Souza Docca e Ellis Junior apresentam elementos bastante semelhantes, principalmente no tocante à utilização de teorias e métodos compatíveis com a proposta disciplinar dos Institutos Históricos e Geográficos. Nesse sentido, ambos os autores optaram por manter orientações conceituais tributárias de teorias raciais provenientes da Antropologia Física, já fortemente questionadas nos anos 30 e 40.

Ao mesmo tempo, a institucionalização das Ciências Sociais trouxe uma série de novidades para as elites letradas incluindo conceitos, tais como o de “cultura”, capazes de superar a raça biológica e o racismo científico, cuja instrumentalização correspondera às experiências intelectuais de diversos autores. Nesse contexto, a máxima freireana do amálgama brasílico erigido em torno da miscigenação entre brancos e negros dialogou com a nova conjuntura “científica” das humanidades brasileiras, gerando debates acalorados acerca da presença ou ausência negra na mistura racial e cultural convertida em pré-requisito de pertença à nação.

Por sua vez, os pressupostos que dialogavam com a Antropologia Física ou com a Antropologia Cultural, circularam entre uma intelectualidade encarregada de conduzir a nação ao progresso e, dentro disso, oferecer explicações histórico-sociais que pudessem, em maior ou menor medida, informar um projeto de nação discursivamente baseado na valorização do trabalhador e da cultura definidos como nacionais. Tais contingências ajudaram a conformar a grade de trabalho do III Congresso de História e Geografia do IHGRS, juntamente com o estado da arte da produção escrita desta e outras instituições coirmãs.

Nesse interregno, Souza Docca e Ellis Junior ofereceram ao certame duas interpretações regionalizadas sobre a formação do Brasil. Em meio a outras preocupações, Docca e Ellis perscrutaram a constituição dos “tipos” sociais alçados à condição de protagonistas históricos da fundação originária do Rio Grande do Sul e de São Paulo. Gaúchos e bandeirantes seriam, afinal, representantes de um Brasil meridional mais branco, próspero e civilizado, em comparação a outras regiões do país.

REFERÊNCIAS

ANAIIS DO III CONGRESSO SUL-RIO-GRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA. *Palavras do Sr. Dante de Laytano, presidente da Comissão Organizadora do III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia*. Vol. I. Porto Alegre: edição da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1940. p. LXV-LXXXIV.

ARMANI, Carlos Henrique. *Identidade nacional e fragmentação no pensamento de Emílio Fernandes de Souza Docca*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. [1984]. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro/Lisboa: Diefel, 1989.

CEZAR, Temístocles. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Org.). *História Cultural: Experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. São Carlos: EDUSC, 2005.

DOCCA, Sousa. Gente Sul-rio-grandense: contribuição para o bi-centenário de Porto Alegre: III Congresso Sul-rio-grandense de História e Geografia. *Anais do III Congresso Sul-Rio-grandense de História e Geografia: comemoração ao bi-centenário da colonização de Porto Alegre*. v. 2. Porto Alegre, Edição da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1940.

DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. *O porquê da Brasilidade Farrroupilha: conferência realizada no 'Centro Gaúcho' de São Paulo, a 20 de setembro de 1936*. São Paulo, 1936.

DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. O sentido brasileiro da Revolução Farrroupilha. *Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Ano XV - II Trimestre. Porto Alegre: Globo, 1935.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol e SÁ, Magali Romero. Controvérsias Evolucionistas no Brasil do Século XIX. In: DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero e GLICK, Thomas (orgs.). *A Recepção do Darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.

ELLIS JUNIOR, Alfredo. O negro no Bandeirismo. In: *Anais do III Congresso Sul-riograndense de história e geografia do Rio Grande do Sul: comemoração ao bi-centenário da colonização de Porto Alegre*. v. 2. Porto Alegre: Editora da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1940.

FERREIRA, Antônio Celso. *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não marcada. In: WARE, Vron (org.). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária/ Centro de Estudos Afro-Brasileiros, 2004.

GOULART, Jorge Salis. *A Formação do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martin Livreiro/ Caxias do Sul: EDUCS, 1985.

GUIMARÃES, Lúcia Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Anais do III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia: comemorativo ao Bi-centenário da colonização de Porto Alegre*. Porto Alegre: Edição da Prefeitura Municipal, 1940.

JÚNIOR, Antônio Manoel Elíbio. O 'sentimento brasileiro que lhes brotará na alma': a construção da nação e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1921-1930). *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*. n.º. 38, ano 21, 1. sem. 2008.

LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Tese (Doutorado). Campinas, UNICAMP, 2004.

MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCBB, 1996.

MICELI, Sergio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol.1. São Paulo: Sumaré/ IDESP/ FAPESP, 2001.

MONTEIRO, John. Caçando com gato: raça, mestiçagem e identidade paulista na obra de Alfredo Ellis Junior. *Novos estudos/ CEBRAP*, v. 38, 1994, p. 61-78.

NEDEL, Leticia Borges. *Paisagens da Província: o regionalismo sul-riograndense e o Museu Júlio de Castilhos nos anos 50*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

NEDEL, Leticia Borges. *Um passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. Tese (Doutorado). Universidade de Brasília, 2005.

NEDEL, Leticia. A recepção da obra de Gilberto Freyre no Rio Grande do Sul. *Mana*. v. 13. n. 1. Rio de Janeiro, 2007.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PEIXOTO, Fernanda Aêras. Franceses e norte-americanos nas Ciências Sociais brasileiras (1930-1960). In: MICELI, Sergio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol.1. São Paulo: Sumaré/ IDESP/ FAPESP, 2001.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste: a influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil*. v. 1. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959.

SANSONE, Lívio. Um campo saturado de tensões: o estudo das relações raciais e das culturas negras no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*. Ano 24, n. 1. Rio de Janeiro, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

STAUM, Martin. Nature and Nurture in French Ethnography and Anthropology (1859-1914). *Journal of the History of Ideas*. v. 65, n.3, jul, 2004. p. 475-495.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. v. 6, n. 11, 1993, p. 89-112.

VIANNA, F. J. de Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, [s.d.]

VILHENA, Luis Rodolfo. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Editora FGV/ Funarte, 1997.

Recebido em 12 de agosto de 2015.

Aceito em 09 de dezembro de 2015.